

PROFISSIONAL JÚNIOR - FORMAÇÃO ADVOGADO**LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.****GABARITO ②
PROVA AZUL****01 -** Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) este caderno, com as 40 questões das Provas Objetivas e as 3 questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

PORTUGUÊS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
Questões	Pontos	Questões	Pontos	Questões	Pontos
1 a 5	2,5	11 a 15	1,0	26 a 30	2,5
6 a 10	3,5	16 a 20	1,5	31 a 35	3,0
		21 a 25	2,0	36 a 40	4,0

b) 1 Caderno de Respostas para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grameado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às respostas às questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, preferivelmente a caneta esferográfica de tinta na cor preta. No **CARTÃO-RESPOSTA**, o candidato deverá assinalar também, no espaço próprio, o gabarito correspondente às suas provas: ① AMARELA, ② AZUL, ③ BRANCA ou ④ ROSA. **Se assinalar um gabarito que não corresponda ao de suas provas ou deixar de assinalá-lo, será eliminado.**

04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A LEITORA ÓTICA é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído caso esteja danificado em suas margens superior ou inferior - **BARRADERECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.

06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.

08 - **SERÁ ELIMINADO** do Processo Seletivo o candidato que:

a) se utilizar, durante a realização das provas, de máquinas e/ou relógios de calcular, bem como de rádios gravadores, *headphones*, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie;

b) se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o Caderno de Questões e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** grameado ao Caderno de Respostas da Prova Discursiva.

09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

10 - Quando terminar, entregue ao fiscal **O CADERNO DE QUESTÕES, O CARTÃO-RESPOSTA GRAMEADO AO CADERNO DE RESPOSTAS DA PROVA DISCURSIVA E ASSINE A LISTA DE PRESENÇA**.

11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTAS PROVAS DE QUESTÕES OBJETIVAS E QUESTÕES DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS**.

12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no segundo dia útil após a realização das provas na página da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (www.cesgranrio.org.br).

PORTUGUÊS

ADVOCACIA ROMANA, um privilégio democratizado.

Qualquer leigo que tente decifrar arrazoados de julgamento poderá acreditar, ao longo da leitura, que advogados e clientes não falam a mesma língua. De fato, a conclusão procede. E tem um motivo: a vontade dos profissionais de proteger seu saber para manter-se como interlocutores obrigatórios entre quem julga e quem é julgado. Uma tradição que remonta à Antiguidade. A sociedade romana, em seu período mais recuado, não conhecia senão o *jus pontificium*. Somente os pontífices e alguns especialistas tinham conhecimento das leis e, portanto, condições de orientar os acusados.

Nessa época, todo romano pertencia a um *gens* que agrupava a totalidade dos membros de uma família e seus "clientes". O chefe ou *pater familias* defendia cada membro desse grupo. Antes de um processo, era ele que o orientava, fornecendo-lhe as consignações judiciais (*vadimonium*, *sacramentum*); na audiência, ajudava-o ou providenciava a assistência de um amigo de seu séquito ou de seu partido político. Embora tais serviços fossem gratuitos, caso desejasse, o cliente podia manifestar sua gratidão ao *pater familias* mediante um presente, denominado *honorarium* ou *palmarium*.

A partir do século V a.C., os jovens patrícios passaram a saber de cor a Lei das XII Tábuas, promulgada entre 451-449 a.C., com o conjunto das normas antes transmitidas apenas por tradição oral, em permanente exposição no Fórum Romano. Na origem da jurisprudência, porém, esse código não era de modo algum acessível aos plebeus. Os patrícios estavam longe de querer torná-lo inteligível. Para eles, era uma forma de poder e prestígio, mas também um meio de angariar uma clientela numerosa. Para tanto, acertavam pessoalmente os litígios que seus clientes tinham de enfrentar, aconselhando-os e fazendo as vezes de fiador de sua integridade. Esse advogado ocasional tinha muitas outras atividades: militar, senador, magistrado inspetor dos jogos públicos. Como conheciam o direito pontifical, o civil e o público, não eram consultados unicamente em questões de direito. Como escreveu Cícero: "Com frequência temos visto oradores passeando no fórum ou sentados no chão, orientando sobre todos os assuntos a quem os consulta, não só sobre Direito, mas sobre matéria religiosa, sobre a cultura dos campos, tanto que nada na cidade ou mesmo em toda a Itália lhes é estranho".

Com o crescimento da população romana, não tardou para que os patrícios já não dessem conta do igualmente crescente número de processos. Além disso, os plebeus passaram a ter acesso às funções públicas, de modo que o papel de advogado deixou de ser apanágio exclusivo dos senadores. (...)

Violaine Vanoyeke. Tradução de Luiz A. de Araújo.
Revista História Viva, n. 19, p.54-55.

Responda às questões de 1 a 5,
de acordo com o texto.

1

O modo de redação característico dos textos jurídicos tem por objetivo:

- (A) preservar o conhecimento específico de mediador no julgamento.
- (B) alcançar a maior precisão possível para ser bem entendido pelo juiz.
- (C) proteger os interesses do cliente, por meio do uso de termos técnicos.
- (D) convencer o juiz, mediante sua competência, dos direitos do cliente.
- (E) demonstrar capacidade e conhecimento do pleito que apresenta.

2

Considere as afirmativas abaixo.

- I - Em Roma, a advocacia era inicialmente praticada por senadores.
- II - A transmissão oral foi o primeiro meio de ensinamento das normas legais.
- III - Os patrícios procuraram dividir as tarefas de advogar com os plebeus.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

3

Indique a frase em que a palavra "apanágio" (l. 51) **NÃO** está usada adequadamente.

- (A) É apanágio dos homens de bem o caráter bem formado.
- (B) O carisma é apanágio dos grandes líderes, políticos ou não.
- (C) Crianças e loucos detêm o apanágio da inocência.
- (D) Nem só as moças bonitas têm o apanágio da sedução.
- (E) O apanágio dos pobres é lutar pelos seus sonhos e direitos.

4

Assinale a opção em que o pronome apresentado na coluna I **NÃO** está relacionado com a expressão indicada na coluna II.

	Pronome	Expressão
(A)	(ajudava)-o (l. 17)	cada membro desse grupo
(B)	ele (l. 15)	o chefe ou <i>pater familias</i>
(C)	eles (l. 30)	os plebeus
(D)	que (l. 15)	um <i>gens</i>
(E)	seus (l. 33)	patrícios

5

Os vocábulos destacados apresentam, respectivamente, a mesma classe das palavras “saber” e “especialista”, nas expressões “proteger seu saber” (l. 5) e “alguns especialistas” (l. 10), em:

- (A) Uma forma de **poder** e prestígio é conhecer as leis e **saber** aplicá-las.
- (B) Um advogado **ocasional** possui várias outras **atividades**, independentes do Direito.
- (C) Os **jovens** patrícios começaram a **conhecer** de cor as leis das XII Tábuas.
- (D) O **código** romano não era de modo algum conhecido pelos **plebeus**.
- (E) O **crescimento** da população romana não tardou a **demandar** mais advogados.

6

Indique a opção em que as palavras destacadas estão corretamente grafadas de acordo com o sentido na frase.

- (A) A **descrição** é uma qualidade das pessoas educadas. / A **discrição** feita da testemunha era perfeita.
- (B) O **espectador** presenciou estarecido o crime. / Viciado em jogo é um **expectador** diário.
- (C) O **esperto** em televisão ganha muito dinheiro. / O ladrão foi **experto** em aproveitar a oportunidade.
- (D) Velhos sábios **fluem** todos os momentos da vida. / Os acontecimentos não estão **fruindo** bem.
- (E) É **eminente** a chegada da luz. / O jogador que se despediu é figura **iminente**.

7

Assinale a opção em que os verbos estão flexionados corretamente, de acordo com a norma culta da língua.

- (A) Quando eu vir o carteiro, pedirei a ele para entrar em contato.
- (B) Quando ele compor uma canção, certamente será uma surpresa.
- (C) Irei à cerimônia de casamento somente se ele vir comigo.
- (D) Se ele se dispor a aceitar o convite, ficarei eternamente grato.
- (E) Vou completar a remessa se ele intervir na arrumação.

8

Todas as concordâncias nominais apresentadas nas opções abaixo estão corretas, **EXCETO** uma. Indique-a.

- (A) Seguem anexas as notas promissórias.
- (B) Escolhemos má hora e lugar para a reunião.
- (C) A justiça considerou culpados o réu e a ré.
- (D) Foram feitas as provas e os trabalhos.
- (E) A moça usa calças verdes-clara.

9

Assinale a opção em que o pronome oblíquo está corretamente empregado, conforme a norma culta da língua.

- (A) Com esforço, arrancou-lhe de casa para passear.
- (B) Cobrei-o a gravata que me prometera.
- (C) O síndico convocou-lhes para votar a ata.
- (D) Não foi difícil ajuntarem-nos contra nós.
- (E) Implicaram-lhe em crime de furto.

10

“De fato, a conclusão procede. E tem um motivo: a vontade dos profissionais de proteger seu saber para manter-se como interlocutores obrigatórios (...). Uma tradição que remonta à Antigüidade.” (l. 3-7)

Assinale a opção em que o trecho acima está reescrito em um único período, de modo correto e mantendo seu sentido original.

- (A) De fato, a conclusão é pertinente porque os profissionais desejam proteger seu saber para manter-se como interlocutores obrigatórios (...) – uma tradição que remonta à Antigüidade.
- (B) De fato, a conclusão procede; por causa da vontade dos profissionais de proteger seu saber para manter-se como interlocutores obrigatórios (...) – tradição que remonta à Antigüidade.
- (C) A conclusão, de fato, procede por que seus profissionais tem vontade de proteger seu saber para manter-se como interlocutores obrigatórios (...): uma tradição que remonta à Antigüidade.
- (D) A conclusão procede com um motivo de fato: a vontade dos profissionais de proteger seu saber para manter-se como interlocutores obrigatórios (...) – uma tradição que remonta à Antigüidade.
- (E) A conclusão procede; e tem um motivo; a vontade dos profissionais de proteger seu saber para manter-se como interlocutores obrigatórios (...); uma tradição que remonta à Antigüidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PENAL

11

Com relação ao crime de falso testemunho previsto no artigo 342 do Código Penal, está correto afirmar que:

- (A) admite tentativa, desde que presentes os pressupostos legais.
- (B) não admite retratação, ainda que o agente manifeste expressamente arrependimento eficaz.
- (C) a pena é agravada se o crime é cometido com o fim de obter prova para produzir efeito em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.
- (D) a conduta não se tipifica no âmbito de processo administrativo.
- (E) a conduta não se tipifica no âmbito de juízo arbitral.

DIREITO COMERCIAL

12

Considerando os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, previstos na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, pode-se afirmar que:

- I - as marcas notoriamente conhecidas em seu ramo de atividade gozam de proteção especial independente de estarem previamente depositadas ou registradas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI;
- II - a suscetibilidade à aplicação industrial da invenção é requisito obrigatório para a concessão da patente;
- III - para fins de registro no INPI, as obras puramente artísticas não são consideradas desenhos industriais;
- IV - ao titular da marca é assegurado o direito de licenciar o seu uso.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

13

Tratando-se de Sociedade Anônima regulada pelas disposições da Lei nº 6.404/76, é **INCORRETO** afirmar que a:

- (A) sociedade anônima é sempre empresária (mercantil), mesmo que seu objeto seja uma atividade civil.
- (B) utilização da expressão “Companhia” ao final da denominação social da sociedade anônima não é admitida.
- (C) Companhia pode participar de outras sociedades, ainda que não previsto em seu estatuto, desde que tal ato represente meio destinado à realização do objeto social.
- (D) responsabilidade dos sócios ou acionistas da sociedade anônima será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.
- (E) classificação de uma sociedade anônima como aberta decorre da efetiva comercialização dos valores mobiliários de sua emissão na Bolsa de Valores.

DIREITO TRIBUTÁRIO

14

Uma empresa tem um recurso voluntário pendente de julgamento perante o Primeiro Conselho de Contribuintes, interposto anteriormente à norma que passou a exigir o depósito ou o arrolamento de bens como condição de admissibilidade desse tipo de recurso.

Atualmente, tendo em vista as alterações introduzidas pela Lei nº 10.522/02 no texto do Decreto nº 70.235/72, que regula o processo administrativo fiscal, os recursos somente têm seguimento se comprovada a realização do arrolamento de bens ou o depósito recursal em dinheiro. No caso em exame, o recurso da empresa será julgado:

- (A) independente da realização de depósito ou arrolamento.
- (B) se for comprovado o arrolamento de bens ou o depósito de valor equivalente à multa exigida.
- (C) se for comprovado o arrolamento de bens ou o depósito de valor equivalente a 100% da exigência fiscal.
- (D) se for comprovado o arrolamento de bens ou o depósito de valor equivalente a 50% da exigência fiscal.
- (E) se for comprovado o arrolamento de bens ou o depósito de valor equivalente a 30% da exigência fiscal.

15

A Petrobras Distribuidora S.A. necessita fazer prova de sua regularidade fiscal para poder participar de um procedimento licitatório. A existência de uma execução fiscal não garantida, em cujos autos a Companhia apresentou exceção de pré-executividade ainda pendente de julgamento:

- (A) autoriza a emissão da Certidão Positiva, com efeito de negativa, válida por 180 dias.
- (B) autoriza a emissão da Certidão Positiva, com efeito de negativa, válida por 30 dias.
- (C) autoriza a emissão da Certidão Negativa válida por 180 dias.
- (D) autoriza a emissão da Certidão Negativa válida por 30 dias.
- (E) impede a emissão da certidão com efeitos negativos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16

Considerando os dispositivos constantes na Lei nº 8.666/93, referentes às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a opção que apresenta uma afirmação **INCORRETA**.

- (A) O rol de hipóteses de dispensa de licitação previsto no artigo 24 da Lei nº 8.666/93 é taxativo.
- (B) Nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, não há obrigatoriedade de celebração de contrato escrito.
- (C) Nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor dos bens e o agente público responsável.
- (D) As hipóteses de inexigibilidade de licitação devem ser justificadas nos respectivos processos administrativos, os quais deverão ser instruídos com a razão da escolha do fornecedor dos bens ou do executante dos serviços, bem como com a justificativa do preço contratado.
- (E) É inexigível a licitação sempre que houver inviabilidade de competição, mesmo que em situação distinta das hipóteses elencadas nos incisos do artigo 25 da Lei nº 8.666/93.

17

Quanto à utilização dos bens públicos por particulares, pode-se afirmar que:

- I - a autorização de uso de bem público é ato administrativo discricionário e precário, dispensando lei autorizativa e licitação para o seu deferimento;
- II - a concessão de uso de bem público é contrato administrativo pelo qual o Poder Público atribui a utilização exclusiva de um bem público ao particular;
- III - a concessão de uso de bem público depende de lei autorizativa para o seu deferimento;
- IV - o ato de autorização de uso de bem público expedido pela Administração Pública pode fixar condições de utilização do bem pelo particular.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

18

Tratando-se de agências reguladoras, assinale a opção que **NÃO** apresenta uma característica verídica destes entes.

- (A) As agências reguladoras possuem poder normativo, que permite a elas regulamentar as matérias de sua competência.
- (B) As agências reguladoras são pessoas jurídicas de direito público que exercem suas funções sob o regime de autarquias especiais.
- (C) As agências reguladoras possuem autonomia financeira.
- (D) Os dirigentes das agências reguladoras são livremente escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.
- (E) O mandato dos dirigentes das agências reguladoras é fixo, não sendo admitida exoneração *ad nutum* destes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

19

Considerando as competências e características do Tribunal de Contas da União, é **INCORRETO** afirmar que:

- (A) não compete ao Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão técnico, a aplicação das sanções legais aos responsáveis por ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas.
- (B) compete ao Congresso Nacional a escolha de dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União.
- (C) os Ministros do Tribunal de Contas da União têm as prerrogativas de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.
- (D) o Tribunal de Contas da União é integrado por 9 (nove) Ministros e possui jurisdição em todo o território nacional.
- (E) o Tribunal de Contas da União é ente integrante do Poder Legislativo.

20

Na hipótese de sentença proferida por juiz de primeira instância do Tribunal de Justiça Estadual que acolheu alegação da parte demandada e decidiu pela inconstitucionalidade da lei estadual sobre a qual versava o pleito autoral, está-se diante do controle de constitucionalidade:

- (A) político.
- (B) jurisdicional difuso, por via de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) jurisdicional difuso, por via de exceção.
- (D) jurisdicional concentrado, por via de exceção.
- (E) jurisdicional concentrado, por via de ação declaratória de constitucionalidade.

21

Tratando-se da possibilidade de exploração estatal de atividade econômica, conforme previsto na Constituição Federal em vigor, pode-se afirmar que:

- I - a atuação estatal em atividades econômicas é irrestritamente permitida, independente da atividade exercida ou do interesse coletivo envolvido;
- II - a criação de empresa pública ou sociedade de economia mista destinada a explorar atividade econômica depende de autorização legislativa;
- III - a atuação estatal em atividade econômica só pode ser executada no âmbito da União, sendo vedado o exercício de tais atividades por entes integrantes dos Estados, Distrito Federal e Municípios;
- IV - as empresas públicas e as sociedades de economia mista que explorem atividade econômica estão sujeitas ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

22

Em relação ao dano ambiental e à responsabilidade ambiental, pode-se afirmar que:

- I - a responsabilidade por dano ambiental é objetiva;
- II - a reparação espontânea do dano ambiental pelo seu causador exclui a possibilidade de aplicação das sanções administrativas;
- III - a reparação espontânea do dano ambiental pelo seu causador exclui a possibilidade de aplicação das sanções penais;
- IV - a responsabilidade por dano ambiental depende da comprovação da culpa ou do dolo do causador.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

23

Quanto a legislar sobre o meio ambiente, é correto afirmar que se trata de competência:

- (A) privativa da União.
- (B) concorrente da União e dos Municípios, apenas.
- (C) concorrente dos Estados e dos Municípios, apenas.
- (D) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) exclusiva dos Estados.

DIREITOS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

24

NÃO cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando:

- (A) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual interpretação divergente da que lhe houver dado a Súmula de Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
- (B) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado o mesmo Tribunal ou o Tribunal Superior do Trabalho por uma de suas Turmas.
- (C) derem ao mesmo dispositivo de Acordo Coletivo interpretação divergente da que lhe houver dado a Súmula de Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) forem proferidas com afronta direta e literal à Constituição Federal.
- (E) forem proferidas com violação de lei federal.

25

Sobre o contrato individual de trabalho, é correto afirmar-se que:

- (A) é considerado como de prazo indeterminado aquele cuja vigência dependa da execução de serviços especificados.
- (B) é afetado pela mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa.
- (C) é suficiente a vontade das partes para prefixar sua limitação no tempo.
- (D) pode ser celebrado pela mulher casada, presumindo-se autorizado seu trabalho, e, em caso de oposição conjugal, poderá a mulher recorrer ao suprimento da autoridade judiciária competente.
- (E) pode ser acordado verbalmente.

26

O art. 59 da CLT prevê que a duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, remuneradas, pelo menos, com valor 50% superior ao da hora normal (§ 1º). Entretanto, a Lei nº 9.601/98 e a MP 2.164-41/01 alteraram dois parágrafos (2º e 3º), acrescentando um 4º ao artigo para instituir o denominado Banco de Horas, permitindo que a compensação das horas extras não se restringisse na semana, mas ampliando-a no tempo, trazendo novas regras à matéria. Entre elas, destaca-se a seguinte:

- (A) na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, fará o trabalhador jus ao pagamento em dobro das horas extras não compensadas.
- (B) não pode ser ultrapassado o limite máximo de 12 horas diárias.
- (C) pode ser dispensado o acréscimo de salário se efetivamente se der a compensação do excesso de horas suplementares, independente de acordo individual ou convenção coletiva de trabalho.
- (D) o excesso de horas em um dia dever ser compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de 6 (seis) meses, à soma das jornadas semanais de trabalho previsto.
- (E) os empregados sob o regime de tempo parcial não poderão prestar horas extras.

27

Segundo Súmula da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, na qual foram convertidas as Orientações Jurisprudenciais nºs 24, 35, 86, 145 e 266 – Res. TST 129/2005, e que diz respeito à estabilidade provisória do dirigente sindical, é correto afirmar-se que o(a):

- (A) art. 522 da CLT, que limita a 7 o número de dirigentes sindicais, deixou de ser recepcionado pela Constituição Federal de 1988 por ferir o princípio da liberdade sindical.
- (B) comunicação, pela entidade sindical, ao empregador, do registro da candidatura do seu empregado a cargo de direção ou representação de entidade sindical é, hoje, dispensável.
- (C) extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato não ocasiona o término da estabilidade sindical.
- (D) registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período do aviso prévio, ainda que indenizado, lhe assegura a estabilidade, visto que aplicável a regra do § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- (E) empregado da categoria diferenciada eleito dirigente sindical goza de estabilidade sindical ainda que não exerça na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente, face ao princípio do livre exercício de qualquer trabalho ou profissão, assegurado pelo art. 5º, XIII, da Constituição Federal.

28

No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto, entre outras receitas, das receitas das contribuições sociais. Entre as contribuições sociais de seguridade social referidas na Lei nº 8.212/91 **NÃO** se inclui a Contribuição:

- (A) das empresas, incidente sobre a remuneração paga aos segurados.
- (B) dos trabalhadores, incidente sobre o seu salário de contribuição.
- (C) para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).
- (D) social do salário-educação.
- (E) Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

DIREITO CIVIL

29

No direito pátrio, como regra geral, o negócio jurídico inspira-se pelo princípio da forma:

- (A) particular.
- (B) livre.
- (C) consensual.
- (D) pública.
- (E) especial.

30

Quando se impossibilita a abstenção do fato, sem culpa do devedor, a obrigação extingue-se. Tal hipótese ocorre nos casos de obrigação:

- (A) de não fazer.
- (B) de fazer.
- (C) de dar coisa incerta.
- (D) extintiva.
- (E) alternativa.

31

O mútuo oneroso é um contrato substancialmente temporário. Se fosse perpétuo, confundir-se-ia com a:

- (A) locação.
- (B) doação.
- (C) empreitada.
- (D) prestação de serviços.
- (E) compra e venda.

32

Quanto à caracterização jurídica do contrato de compra e venda, é **INCORRETO** afirmar-se que este é:

- (A) bilateral, criando obrigações para o vendedor e para o comprador.
- (B) oneroso, porque ambas as partes dele extraem proveitos e vantagens.
- (C) translativo da propriedade imóvel, operando a transferência desta, pelo contrato, por si só.
- (D) consensual, formando-se, comumente, pelo só acordo de vontades, embora, em certos casos, seja solene.
- (E) normalmente comutativo, em razão da determinação das prestações e sua apreciável equivalência, apesar de não ser contrária aos princípios a compra e venda aleatória.

33

Indique a afirmação correta sobre a locação de coisas, de acordo com as normas do Código Civil Brasileiro.

- (A) O locatário resguardará o locador dos embargos e turbações de terceiros, que tenham ou pretendam ter direitos sobre a coisa locada.
- (B) Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente não ficará obrigado a respeitar o contrato, se não constar cláusula da sua vigência no caso de alienação registrada no Registro de Imóveis.
- (C) Salvo disposição em contrário, o locatário não goza do direito de retenção, no caso de benfeitorias necessárias.
- (D) O locatário é obrigado a pagar pontualmente o aluguel nos prazos ajustados e, em falta de ajuste, segundo a jurisprudência aplicável.
- (E) A locação por prazo determinado cessa, findo o prazo, após notificação.

34

Sobre a prescrição, é correto afirmar-se que:

- (A) o juiz não pode suprir, de ofício, a alegação de prescrição, salvo se favorecer a absolutamente incapaz.
- (B) aquele que possuir coisa móvel como sua, contínua e incontestadamente durante três anos, independente de título ou boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (C) a interrupção da prescrição só pode ocorrer duas vezes.
- (D) a exceção prescreve no dobro do prazo que a pretensão.
- (E) a renúncia da prescrição jamais pode ser tácita.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

35

O chamamento ao processo é uma das formas previstas no Código de Processo Civil de intervenção de terceiros, que se diferencia da denunciação da lide pelo fato de:

- (A) ser inoponível ao interveniente o efeito da sentença de mérito a ser proferida no feito.
- (B) ser facultativa para o terceiro.
- (C) ser espontânea, sendo do terceiro a iniciativa da medida.
- (D) ser incabível no procedimento sumário.
- (E) existir algum nexo obrigacional entre o interveniente e o autor da ação.

36

Segundo as regras do Direito Processual Civil, a apresentação de exceção de incompetência do juízo:

- (A) interrompe o prazo para embargar no processo de execução.
- (B) interrompe o prazo para contestar no processo de conhecimento.
- (C) não influi no curso do prazo para embargar no processo de execução.
- (D) não influi no curso do prazo para contestar no processo de conhecimento.
- (E) suspende o prazo para embargar no processo de execução.

37

Contra a decisão que declara os efeitos em que a apelação é recebida:

- (A) cabe agravo de instrumento.
- (B) cabe agravo retido, apenas.
- (C) cabe medida cautelar.
- (D) cabe mandado de segurança.
- (E) não cabe recurso.

38

A continência é critério de modificação da competência, que se distingue da conexão por:

- (A) considerar competente o juiz prevento que primeiro despachou em uma das causas.
- (B) influenciar apenas processos pendentes no mesmo grau de jurisdição.
- (C) ser espécie de prorrogação legal, ou necessária, de competência relativa.
- (D) ensejar a reunião de causas em que o objeto de uma se contém por inteiro dentro da outra, com identidade quanto às partes e à causa de pedir.
- (E) ensejar a reunião dos autos a fim de que as ações sejam decididas em uma só sentença.

39

Em sede de exceção de pré-executividade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

- (A) rejeita a condenação do Exequente em honorários, pelo seu acolhimento.
- (B) aceita a alegação de prescrição da dívida.
- (C) estipula que a decisão que a acolhe deve ser enfrentada por agravo.
- (D) entende incabível a alegação de ilegitimidade passiva *ad causam*.
- (E) entende incabível a alegação de perempção.

40

A Empresa Transportes do Brasil Ltda. foi cientificada de ato administrativo que, na concepção de seus administradores, seria ilegal. Inconformada, apresentou administrativamente pedido de reconsideração sem efeito suspensivo, que restou negado. A alternativa proposta por um dos advogados da empresa foi impetrar mandado de segurança. Nesse caso, há prazo de decadência para a impetração do mandado?

- (A) Não há prazo para a impetração.
- (B) Sim, de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência da decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.
- (C) Sim, de 120 (cento e vinte) dias contados da ciência do ato impugnado.
- (D) Sim, de 180 (cento e oitenta) dias contados da ciência da decisão que indeferiu o pedido de reconsideração.
- (E) Sim, de 180 (cento e oitenta) dias contados da ciência do ato impugnado.

QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão 1

A Distribuidora X, renomada empresa distribuidora de produtos derivados de petróleo, possui contrato de fornecimento e outras avenças com o Posto Revendedor Y Ltda. (posto de gasolina), o qual prevê, entre outros aspectos, a obrigatoriedade de revenda exclusiva dos produtos da Distribuidora X pelo Posto Revendedor Y, bem como o comodato de diversos equipamentos (bombas de abastecimento, tanques de armazenagem, elementos de manifestação visual da Distribuidora X, etc) ao referido posto.

Preocupado com a abrupta redução nas solicitações de produtos efetuada pelo Posto Y nas últimas semanas, o gerente de vendas da Distribuidora X, Sr. André, visitou o referido posto revendedor, apurando que o mesmo se encontrava comercializando combustíveis provenientes de outra distribuidora, a despeito de continuar utilizando os equipamentos e elementos de manifestação visual da Distribuidora X, fato este confirmado por testemunhas e por documentos obtidos naquela oportunidade (fotografias).

Após o envio de notificação extrajudicial ao Posto Y requerendo o imediato cumprimento do contrato, em especial, a obrigação de exclusividade de comercialização dos produtos da Distribuidora X, a qual sequer fora respondida pelo Posto Y, o Sr. André o procura requerendo a propositura da ação judicial cabível, objetivando a rescisão contratual, o pagamento da multa contratual e a retomada imediata e urgente dos equipamentos e elementos de manifestação visual cedidos em comodato, tendo em vista o descumprimento contratual acima epígrafado.

Redija, na qualidade de advogado da Distribuidora X, a peça processual cabível, destacando os fundamentos de fato e de direito, com vistas a atender aos objetivos da gerência de vendas.

(valor: 60,0 pontos)

Questão 2

A Petrobras Distribuidora S.A., com sede no Rio de Janeiro, recebe citação em processo de execução fiscal e, pela análise da Certidão de Dívida Ativa, constata que a exigência tem origem em auto de infração do qual acredita não ter sido cientificada. Interessada em apresentar defesa no processo executivo, os representantes da empresa solicitam cópia do inteiro teor do respectivo processo administrativo, para poder ter conhecimento da imputação fiscal e obter maiores elementos de defesa no âmbito judicial.

O funcionário da Procuradoria da Fazenda Nacional informa que o processo administrativo está localizado em um setor que não concede vista e que seria necessário, primeiramente, remeter os autos para outro setor da própria Procuradoria, para depois agendar uma data para ter vista dos autos e, somente após, as cópias iriam ser providenciadas. Segundo a previsão do próprio agente administrativo, essas providências levariam cerca de 60 (sessenta) dias, face ao volume de vistas requeridas pelos demais contribuintes.

Decorridos mais de 20 (vinte) dias do protocolo do pedido de cópia, um dos diretores da Companhia teme o retorno do Oficial de Justiça para penhorar bens em garantia da execução fiscal. Decidido a obter de imediato vista e cópia do aludido processo administrativo, esse Diretor solicita ao Setor Jurídico a adoção das medidas legais cabíveis para forçar a Procuradoria da Fazenda Nacional a conceder o acesso e a cópia dos autos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Redija sucintamente medida judicial de tramitação prioritária que possa atender à solicitação do Diretor da empresa, invocando as garantias constitucionais que assegurem o direito postulado, dirigida ao Juízo competente.

(valor: 60,0 pontos)

Questão 3

Veja a decisão abaixo de um Tribunal Regional do Trabalho no Proc. nº 00 – Relator Juiz X, Recorrentes: M.R. e Banco do Brasil S/A e Recorridos: os mesmos. Ementa:

.....
“RECURSO DO RECLAMANTE. REINTEGRAÇÃO. MOTIVAÇÃO DO ATO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. As empresas públicas e as sociedades de economia mista também estão sujeitas aos princípios e disposições contidas no artigo 37, e seus diversos incisos, da Constituição Federal. Assim, o ato de despedida dos obreiros, em que pese o regime celetista, é nulo, pois não houve a necessária motivação e nem o competente procedimento administrativo. Recurso obreiro que se dá parcial provimento.”

A decisão deste TRT, ao analisar a hipótese de despedida de empregado de sociedade de economia mista, foi proferida de acordo com a Constituição e a jurisprudência dominante? Em caso positivo, defenda a decisão em tela. Em caso negativo, faça a crítica da mesma. Em qualquer caso, fundamente a sua opinião.

(valor: 30,0 pontos)